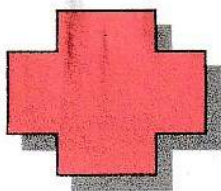


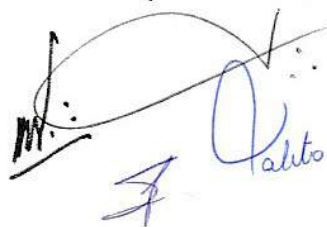
1                   **ATA Nº 117 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25/02/2016**

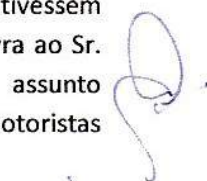
2   Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala dos Conselhos na  
3   Estação Cidadã “Agente Durvalino de Azevedo”, reuniram-se em sessão ordinária, às 15 horas,  
4   os membros do Conselho Municipal de Saúde de Jaguariáiva: Caroline Stalhschmidt, Talita  
5   Marques de Almeida, Hérica Castelari, Simone Leite Cunha, Samuel Stalhschmidt (Suplente),  
6   Flori Budziaki, Ademar Z. Batista da Cruz, Larissa F. B. Rodrigues, Rogério Fracalossi (suplente),  
7   Tiago Mendes, Leozemir (suplente), Mario Fonseca Filho e Talita Bueno para deliberarem  
8   sobre os assuntos pautados. Estiveram presentes como convidadas a Sra. Joice Custódio de  
9   Almeida, O Sr. Wellington Vitório Fitz, o Sr. Edson da Silva Naizer e o Sr. Marcelino. A Sra.  
10  Presidente iniciou a reunião dando as boas-vindas e apresentando a todos, os convidados  
11  presentes, para a explanação de alguns documentos enviados ao COMSAUDE para  
12  deliberação. **Primeiro tópico – Ofício nº005/2016: Apresentação do Plano de Ação**  
13 **Intersetorial do Programa Bolsa Família para apreciação e posterior deliberação do Conselho**  
14 **Municipal de Saúde:** A Sra. Presidente explicou a todos que o ofício para a aprovação do Plano  
15  foi encaminhado pela SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social, mas que convidou a Sra.  
16  Joice para realizar a apresentação do respectivo plano, visto que a mesma é a representante  
17  da SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde, na Comissão Intersetorial do Programa Bolsa  
18  Família. Após dadas as devidas explicações a presidente passou a palavra a Sra. Joice, que  
19  solicitou ao Sr. Wellington, Gestor do Cadastro Único e membro da Comissão do PBF, para que  
20  fizesse a apresentação. O Sr. Wellington explicou que o presente Plano de Ação Intersetorial,  
21  foi elaborado em conjunto com a Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa  
22  Família, apresentando ações para serem desenvolvidas no ano de 2016, utilizando recursos do  
23  IGD – Índice de Gestão Descentralizada. Informou que essa Comissão foi criada pelo decreto  
24  nº533/2015. Elucidou que essas ações visam muito além do acompanhamento das famílias  
25  cadastradas, onde se faz a avaliação das condicionalidades específicas de cada setor  
26  responsável: saúde, educação e assistência social, mas também tem o objetivo de realizar  
27  prevenção de doenças e fatores relacionados a alimentação inadequada, desenvolver a  
28  autonomia do usuário, promover ações que incentivem o desligamento voluntário, dentre  
29  outras. O Sr. Wellington discorreu sobre todos os objetivos do plano e respectivas ações  
30  indicando os setores responsáveis pelas mesmas, determinando também o valor estipulado e  
31  o prazo para o seu cumprimento. A Sra. Caroline perguntou em relação às condicionalidades  
32  do Setor Saúde, qual seria a maior dificuldade para o acompanhamento das famílias e a Sra.  
33  Joice respondeu que o registro do desenvolvimento e crescimento das crianças tem sido  
34  complicado visto que os responsáveis não levam as crianças às UBS para realizar essas ações.  
35  Informou que encaminhou ofício às Coordenadoras das UBS, para que desenvolvessem  
36  estratégias para alcançar as metas de acompanhamento das famílias. Informou que o  
37  município possui 1504 famílias cadastradas e que até o momento apenas 50 foram  
38  acompanhadas. Disse ainda que na tentativa de alcançar essa meta de acompanhamento,  
39  estão programados alguns mutirões nas UBS. A Sra. Caroline perguntou se os recursos  
40  apresentados nesse plano estarão disponíveis para a realização dessas ações planejadas e o Sr.  
41  Wellington informou que sim. Ao término da apresentação do Plano, a Sra. Presidente  
42  perguntou aos conselheiros se havia algum questionamento. O Sr. Flory questionou em



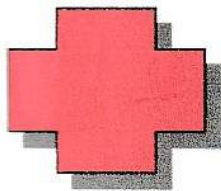
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIAÍVA – PR  
COMSAÚDE/JAGVA

43 relação ao pagamento do benefício a pessoas que residem em outros municípios. O Sr.  
44 Wellington informou que é realizado um acompanhamento durante três meses e se não  
45 houver modificação do cadastro para o endereço do município o benefício é bloqueado.  
46 Explicou ainda que todas as informações registradas são de responsabilidade do beneficiário  
47 que assina atestando que as informações são verdadeiras. Disse também, que qualquer  
48 cidadão pode consultar esses dados e realizar possíveis denúncias de irregularidades.  
49 Respondidos aos questionamentos, a Sra. Caroline perguntou aos conselheiros se havia  
50 alguma objeção em relação ao Plano de Ação apresentado, e não havendo outras  
51 considerações o mesmo foi **APROVADO** por unanimidade. **Segundo tópico – Ofício**  
52 **nº006/2016: Apresentação do Descritivo da Aplicação dos Recursos de Incentivo para**  
53 **Organização da Assistência Farmacêutica - IOAF, para apreciação e posterior deliberação do**  
54 **Conselho Municipal de Saúde.** A Sra. Presidente solicitou que o Sr. Rogério Fracalossi,  
55 Coordenador da Assistência Farmacêutica, fizesse a apresentação do respectivo Descritivo. O  
56 Sr. Rogério explicou que o IOAF, é um recurso do Estado do Paraná, repassado aos municípios,  
57 cuja finalidade é a organização da Assistência Farmacêutica do Município. Explicou ainda que  
58 os valores de repasse referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014 estão previstos nas  
59 Resoluções da SESA e nas Deliberações da CIB e que em 2014, todos os 399 municípios foram  
60 contemplados com o valor de R\$12.000,00 para capital/investimento. Seguiu apontando que  
61 todos os itens de contrapartida municipal podem ser ou já estão devidamente cumpridos.  
62 Após essas considerações realizadas a respeito da origem do recurso, o Sr. Rogério prosseguiu  
63 apresentando o Descritivo de Aplicação dos Recursos, demonstrando para cada item solicitado  
64 as justificativas e devidas necessidades da utilização do recurso para aquele determinado fim e  
65 como isso ajudaria na organização da assistência farmacêutica. O Sr. Rogério apontou que  
66 muito embora o valor do recurso não seja considerado tão relevante, para ele é de grande  
67 valia visto que será utilizado para a melhoria do serviço prestado pela Assistência  
68 Farmacêutica Municipal. Após a apresentação a Sra. Caroline retomou a palavra e perguntou  
69 aos conselheiros se havia algum questionamento ou objeção em relação ao Descritivo  
70 apresentado. Não havendo nenhuma oposição o Descritivo foi considerado **APROVADO** por  
71 unanimidade. **Terceiro Tópico - Ofício nº004/2016: solicita informações a SEMUS a respeito**  
72 **das “Diárias em atraso e Folgas”, em resposta ao solicitado ao COMSAUDE por**  
73 **representantes das categorias de motorista e técnico de enfermagem, lotados na secretaria**  
74 **de saúde.** A Sra. Caroline iniciou o tópico informando que o COMSAUDE recebeu um  
75 documento de representantes das categorias de “motorista e técnico de enfermagem”,  
76 solicitando a participação na reunião do Conselho e para que o item “Diárias em atraso e  
77 Folgas” fizesse parte da pauta da reunião do COMSAUDE. A Sra. Presidente informou que  
78 comunicou a todos que as reuniões do Conselho são abertas ao público e que qualquer  
79 cidadão pode participar da mesma. Esclareceu que incluiu esse tópico na pauta, porque alguns  
80 conselheiros foram abordados por representantes dessas categorias solicitando auxílio do  
81 Conselho Municipal de Saúde no tocante a essa questão. Disse ainda que solicitou informações  
82 a respeito do assunto à Secretaria Municipal de Saúde, para que os conselheiros tivessem  
83 conhecimento dos fatos e pudessem então ter ciência da situação. Foi dada a palavra ao Sr.  
84 Marcelino, representante dos motoristas, para que fizesse a exposição do assunto  
85 apresentando os seus apontamentos. O Sr. Marcelino declarou que atualmente os motoristas

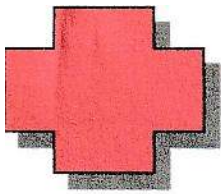
  
Rogério Fracalossi







86 não conseguem ter controle sobre os depósitos realizados para confrontarem com relação a  
87 qual serviço está representando no caso das diárias, pois estes depósitos não são identificados.  
88 Relatou também que alguns motoristas estão com diárias atrasadas e que não conseguem a  
89 informação sobre o assunto para saber quais diárias já foram pagas, referindo ainda que o  
90 tempo para receber as diárias é muito longo. Relatou ainda que quando saem para transporte  
91 de emergência pelo hospital não tem hora para sair e que em geral voltam antes de 06 (seis)  
92 horas e, portanto não recebem a diária por esse serviço. Relata que esse fato faz com que por  
93 muitas vezes tenham que pagar as despesas com alimentação, sem ainda ter recebido o  
94 pagamento da diária. Ao término de sua exposição foi dada a palavra ao Sr. Secretário de  
95 Saúde, que informou que as diárias realizadas pelos motoristas da SEMUS são assinadas pelos  
96 mesmos e encaminhadas semanalmente para a Secretaria de Planejamento. No que se refere  
97 ao não pagamento de diárias, quando o funcionário retorna antes de completar seis horas,  
98 bem como em relação às folgas das técnicas de enfermagem do Hospital Carolina Lupion –  
99 HCL, o Sr. Secretário sugeriu que fosse solicitada a presença do Secretário de Recursos  
100 Humanos para que essas questões fossem elucidadas. Os conselheiros concordaram com o  
101 fato de que o Estatuto dos Servidores Municipais não contempla os regimes de carga horária  
102 diferenciada, para o atendimento em determinados serviços municipais, como por exemplo, o  
103 Hospital Carolina Lupion. Ainda em relação ao pagamento dos motoristas, os conselheiros  
104 concluíram que é preciso que os motoristas tenham um comprovante discriminado do  
105 pagamento de diárias, para que possam conferir com os depósitos bancários. A Sra. Simone se  
106 dispôs a verificar essa possibilidade, visto que está trabalhando no presente momento próximo  
107 a esse setor da prefeitura. **Quarto tópico – Ofício nº002/2016: solicita relatório sobre a**  
108 **destinação dos recursos federais para planejamento, construção, reforma e adaptação das**  
109 **Unidades Básicas de Saúde do Município, em resposta ao ofício da 2ª PJ encaminhado ao**  
110 **COMSAUDE.** O Sr. Secretário fez a entrega do ofício 384/2016/SEMUS, e sua posterior leitura,  
111 o qual informa que no momento o município não possui nenhuma obra sendo realizada nas  
112 Unidades Básicas de Saúde que tenha recebido verbas federais. O ofício informa ainda que a  
113 Secretaria de Saúde solicitou à Secretaria de Infra-Estrutura para que sejam enviados os  
114 pedidos já encaminhados para reformas de UBS e que assim que receberem as cópias  
115 encaminharão ao COMSAUDE. A Sra. Presidente informou que foi realizada a solicitação de  
116 agendamento de transporte à SEMUS, para que os conselheiros visitem as Unidades Básicas de  
117 Saúde na área Rural, para posterior elaboração de Relatório a ser encaminhado para a  
118 Segunda Promotoria de Justiça. **Quinto Tópico: Apresentação do relatório da Reunião do**  
119 **Comitê da Dengue.** O conselheiro Ademar, entregou em mãos à Sra. Presidente o Relatório da  
120 Reunião, bem como demais documentos: Boletim atualizado da Dengue 2016, Relatório  
121 Consolidado das visitas domiciliares no município, entre 04/01 e 20/02, Medida Provisória  
122 nº712, de 29 de janeiro de 2016, Ofício Circular nº98/2015/GAB/SVS/MS, Decreto nº048/2016  
123 que institui o Comitê Municipal de Mobilização, Prevenção e Combate ao Vetor Aedes Aegypti.  
124 Os conselheiros fizeram considerações em relação ao problema do lixo, que muitos municípios  
125 têm colocado seus lixos nas calçadas não respeitando o cronograma de coleta determinado  
126 pelas Secretarias. A Sra. Caroline informou que esteve presente na última reunião do Comitê  
127 assim como vários outros conselheiros ali presentes, e pediu a participação de todos no dia de  
128 Combate à Dengue a ser realizado no próximo dia nove de março. Ao término dos tópicos da



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIAÍVA – PR  
COMSAÚDE/JAGVA

129 pauta, a Sra. Presidente informou que a Audiência Pública, para a Prestação de Contas do  
130 Terceiro Quadrimestre a ser realizada no dia 26 de fevereiro de 2016, foi alterada para o dia 29  
131 de fevereiro de 2016, às nove horas, na Câmara Municipal. O Sr. Secretário Mário pediu a  
132 palavra para fazer algumas considerações a respeito do Relatório Quadrimestral. Informou que  
133 solicitou ao Sr. Edson da Silva Naizer, do setor de Controle Interno da Prefeitura Municipal de  
134 Jaguariaíva, para que explicasse a respeito do valor de R\$ 449.173,35, referente a uma  
135 Restituição de Convênios e Transferências da União. O Sr. Edson apresentou ao COMSAUDE os  
136 seguintes esclarecimentos: em atenção a APA 866, o valor de R\$278,00 foi liquidado em uma  
137 conta do FPM, quando deveria ter sido liquidada no HOSPSUS, ocorreu um estorno e a  
138 transferência para a conta do FPM; em relação ao valor de R\$449.173,35, ocorreu um  
139 problema a nível nacional, inclusive com a presença da Controladoria Geral da União em  
140 Jaguariaíva, e o recurso não foi utilizado, sendo devolvido na sua totalidade. A divergência  
141 resultou de um erro no SIM-AM, em que ocorreu incompatibilidade da Fonte e da Funcional,  
142 ocorreu a carga em superávit, porém já fora efetuado o pagamento e a baixa; quanto ao valor  
143 de R\$ 86.944,43, ainda não foi identificado, será aberta uma conta de diferenças bancárias a  
144 apurar e até o final desse exercício a pendência será sanada. Após apresentadas as  
145 justificativas o Sr. Edson entregou ao Conselho, cópia de documentos pertinentes ao assunto.  
146 Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião é encerrada às 17h04min. Eu, Caroline  
147 Stalhschmidt, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos  
148 demais conselheiros. Jaguariaíva, 25 de fevereiro de 2016.

149

150

151

152 CAROLINE A. FANHA STALHSCHMIDT

153 PRESIDENTE